

MARIA SALETE DE MIRANDA
PROMOTORA DE JUSTIÇA APOSENTADO
INGRESSO NO MPSP:09/01/1986 E SAÍDA 03/06/2003

APMP: Por que a senhora escolheu ser promotora de Justiça em São Paulo.

Na verdade quando digo que escolhi ser promotora de Justiça é porque tudo na minha vida foi conduzido por Deus. Eu tive um pai eu perdi aos 10 anos, ele era advogado, no interior de Pernambuco. Quando eu fiz a opção de fazer direito, eu fiz porque eu queria muito estar ligada a alguma coisa do meu pai. Eu que tinha perdido toda a juventude, ele na minha presença, este contato com ele na minha juventude. O que me falavam dele me fez despertar pelo lado do direito. Ele era criminalista e fazia júris, e era jornalista também em Bom Conselho (PE), eu nasci lá. Eu estudei direito na Faculdade de Direito de Recife, eu fui aprovada no primeiro vestibular que fiz, tanto na Faculdade de Direito de Recife, que é coirmã da São Francisco, digo com muito orgulho, fundada em 1827, fiz a opção de fazer direito na UFP, Federal, sem nenhum custo, afinal de contas nós não tínhamos lá condições, desde que meu pai faleceu, lutávamos com certa dificuldade, eu, minha mãe e mais cinco irmãos. O meu irmão mais velho estava trabalhando para nos ajudar. O meu pai em cima da cama consumiram todas as nossas economias. Para mim foi muito bom Deus ter aberto este caminho. Terminei em 1975 e advoguei em um escritório. Fiquei advogando até 1978. Casei-me e por contingências vim morar em São Paulo. O meu ex-marido, falecido, trabalhava em uma empresa de pesquisa de mercado, uma multinacional. Foi transferido de lá para cá. Em 1979 fui fazer uma entrevista em um escritório de advocacia e assumi este escritório, era no centro da cidade, na Rua Cásper Líbero. Era de um vereador que teve que se afastar e me deixou o escritório. Quando engravidei em 1981 do meu primeiro filho, larguei a advocacia. Com ele bebê eu resolvi estudar para

concurso. Fiz o concurso preparatório, passei no concurso da procuradoria do município. Uma amiga me incentivou a prestar o concurso para o Ministério Público. Estudei com ela. Fiz o concurso em 1985, que era considerado o terceiro concurso daquela fase, e passavam várias, 27 colegas, depois eles fecharam. Eu fui até o oral. Não fui aprovada, isso foi em maio de 1985. Fiz novamente o concurso e fui aprovada. Na banca, o presidente era o doutor Paulo Frontini. E ele ficou, acho que meio encantado, porque eu estudei tanto. Naquela época ele era professor de direito comercial, e eu sabia até a classificação que ele deu numa revista *Justitia* sobre crimes próprios e impróprios do comerciante naquela época. E eu fui falando, dei toda a classificação, inclusive a do doutor Frontini. E fui aprovada.

COMARCA

A minha comarca de substituição era Santo André, mas eu assumi por três meses Diadema. Eu me senti tão à vontade, tão feliz no que eu estava fazendo, que eu disse, que aquilo que eu senti a vida inteira, que Deus foi direcionando os meus caminhos, porque eu não pretendia, não foi uma coisa que eu tivesse pensado em fazer MP, fui induzida por contingência, pela minha amiga, que afinal ela não foi aprovada, ela foi para a magistratura. Acredito que quando Deus quer atuar, ele atua através das outras criaturas. Essa amiga estava na minha vida para me dizer que esse era o meu caminho. Na verdade, já me faltava um pai, e eu nem sabia direito o que fazer, estava meio perdidinha em São Paulo, família nova, pouco tempo nesta cidade que eu chamo de cidade bruxa, porque, hoje eu não sairia mais de São Paulo, eu tenho um amor muito grande por esta cidade. Eu jamais voltaria pra Recife. Faço visitas para a minha família, mas jamais voltaria. Eu me sinto bem aqui, me sinto filha de SP, apesar do meu sotaque, continua de lá. Então, acho que Deus atuou, através da minha amiga. Eu digo que os anos que eu fiquei no Ministério Público cada dia eu ia feliz trabalhar. Nunca fui dormir com a consciência pesada de ter colocado um inocente no lugar errado, digamos, de ter pedido a condenação de um inocente com essa convicção. Não. Se as provas não estavam boas, eu já nem

denunciava. Porque se eu denunciei é porque eu tinha a convicção que aquele ser que estava ali, afinal de contas eu sempre enxerguei, não naquela época, eu encarava como coisa de justiça, mas hoje eu sei que o condenado é um ser humano que está em outro estado evolutivo, então ele é um irmão que vai poder evoluir e fazer coisas boas, do bem. Me encontrei no MP e fui feliz durante todos os anos de atuação.

APMP: Depois a senhora foi para onde?

Depois dos três meses em Diadema fui para São Paulo. Me deram um cargo que estava muito atrapalhado, eu ainda era substituta. Vim para a terceira promotoria. Lembro que o doutor Scarance Fernandes, ele era coordenador das promotorias criminais, que ainda funcionava no prédio da Maria Paula, ele entrou e perguntou o que eu precisava para por a promotoria em ordem. Naquela época nós trabalhávamos com máquina de escrever e a minha dificuldade é que eu escrevia na parte de cima e a parte de baixo saía tudo errado. E a gente tinha que mandar estes relatórios para a corregedoria, tudo rasurado, não queríamos isso. Ai eu pedi uma datilógrafa. Ele me mandou uma, dentro de pouco a minha faculdade, era mais estar ali. Se era só para ditar e pegar os processos era muito rápido. Fiquei seis meses. Nós estávamos ali com uma promotoria maravilhosa só que tinha uns cargos zicados. E esse cargo que eu peguei tinha muito processo atrasado. No final, estava tudo certo. Fui chamada para o Vale do Ribeira. Ai sim. Lá eu passei alguns meses resolvendo a promotoria, tinha muitos processos de uso capião. Tinha processo por todos os lados, até no chão. Me assustei. Levei o carro pela primeira vez e deixei o carro na cidade. Eu vinha todos os finais de semana para São Paulo ver minha família. Me lembro que eu ia dormir por volta das 23h00. Eu ligava e falava com meu filho que tinha 3 anos, eu chorava. Mas, tudo valeu a pena.

PRIMEIRA COMARCA

Depois eu fui promovida para a minha primeira comarca. Não tínhamos pressa naquela época, porque ai a gente perdia as diárias. Fui para Angatuba. Eu tinha que morar em Itapetininga, porque lá não tinha hotel descente. Tinha 800 processos da cidade inteira lá no Fórum. Tinha atendimento ao público, que mais me divertia do que trabalhava. As pessoas gostavam de conversar. Algumas coisas engraçadas: caso de um rapaz que agrediu a esposa e eu mandei uma notificação para ele comparecer e tentar fazer a reconciliação. Ele não veio. Peguei o guardinha do fórum e mandei buscar. O rapaz chegou lá com a perna engessada. Ele disse: a senhora vai me mandar leva? Por isso ele não veio. Passaram-se três ou quatro semanas a moça veio com uma galinha. E o que e a gente faz com uma galinha? E numa situação daquela humildade. Se fosse um presente acintoso eu iria me sentir ofendida. Com aquilo eu vi foi humildade. Peguei a galinha e entreguei para o rapaz do hotel. Mas, não diria não para uma pessoa tão humilde. Aprendi a distinguir muito cedo o que é uma tentativa de suborno e algo de agradecimento. Gostei muito de trabalhar lá em Angatuba. Fazíamos até processos trabalhistas de pessoas que não tinham advogado. O promotor era polivalente, fazia tudo. Foi uma experiência muito rica. Demorei pouco lá, depois vim para Cotia. Ai já estava me aproximando de SP. Em cotia, eu ia todos os dias para casa. Chegava lá depois das 20h00. Foi ótimo lá. Tinha duas vagas e duas promotorias, eu não fiquei com o Júri.

TRIBUNAL DO JÚRI

Júri, em Angatuba foi engraçado. Eu não tinha problema em trabalhar com o júri. Eu trabalhei com júri nos casos dos sindicatos, tínhamos que trabalhar defendendo. Como advogado de sindicato em Recife. Eu precisei fazer júri no interior. Fui aprendendo. Eu não tinha dificuldade para falar. Em Angatuba, este júri foi muito falado. O rapaz trabalhava na fazenda do prefeito ou do amigo dele, não me recordo. Foi uma tentativa de homicídio. Ele queria seduzir a

cunhada, desrespeitosamente, a menina, acho que já assediada algum tempo, neste dia ela fugiu dele, pulou a janela da casa, saiu correndo e ele deu um tiro nas costas. Ela não morreu, foi socorrida, e ele foi processado por tentativa de homicídio. Foi interessante porque o júri foi marcado bem na época em que eu estava lá. Fui estudar aquilo. Eu vi que ainda tinha um agravante, porque, ele cunhado dela e atirou pelas costas, motivo fútil, mais do que fútil. Preparei aquilo e veio um advogado da prefeitura. Não sei se por indicação do prefeito. Mas, no dia do júri chega uns três caminhões de piões e encheram o fórum, a sala de plenário bem concorrida. Eles estavam torcendo pelo rapaz. Falei no júri, teve réplica, tréplica, no final ele foi condenado por seis anos e oito meses. Achei pouco. Mas era tentativa, a moça estava viva. Acontece que tive que sair escoltada para o meu hotel em Itapetininga. Aquele pessoal não se conformava que aquele rapaz fosse permanecer preso, porque era amigo deles. Veja a situação. Tive que sair escoltada. Tinha um motorista que me escoltava todos os dias. Ai eu fui para Itapetininga. Depois, no outro dia os comentários eram de que o advogado era fraco, que deixou a promotora fazer o que quisesse. Mas, eu me senti muito pressionada.

COTIA

Na época havia muitos casos de acidentes na Raposo Tavares. Investigamos e um delegado de polícia estava vendendo carteira para pessoas que não tinham habilidade para dirigir. E os pais irresponsáveis compravam para os seus filhos. O delegado foi afastado. Teve também um caso da guarda municipal de Cotia que estavam cometendo irregularidades.

APMP: Outros casos envolvendo delegados?

Delegados aqui em São Paulo. Já atuando na minha promotoria. Nesta época estávamos na rua próxima do Maria Paula, onde funcionavam as promotorias criminais. E teve o caso Bodega, o famoso caso Bodega. Na verdade, a polícia atuou e prendeu os supostos praticantes do delito, em coisa muito rápida. Houve uma

repercussão muito grande na época. O colega Eduardo Araujo foi quem cuidou dessa primeira fase do caso, e ele pediu para soltar todos, porque os depoimentos estavam incoerentes, e o nosso colega chegou à conclusão que eles não tinham cometido o delito. Depois apareceram os verdadeiros culpados.

APMP: A senhora pode relembrar o caso?

O caso Bodega foi um bar de Moema. Era um bar em Moema dos atores Cássio Gabus Mendes e do irmão dele. Este bar sofreu uma espécie de assalto. Assaltaram todos e morreram três pessoas. Inclusive uma jovem que recebeu um tiro de um meliante da época. A polícia prendeu muito rápido as pessoas que supostamente teriam aplicado o crime. E eles confessaram muito rapidamente. Só que de maneira que um não batia com o outro, parecia que eles tinham participado de ações totalmente diversas. Nada batia. Então, o Eduardo Araujo Silva, promotor designado na época, chegou a conclusão que aquelas pessoas estavam inocentes. Ele foram soltos. Depois comprovou-se que houve tortura. Mas apareceram os verdadeiros culpados: foram julgados e condenados. Só que, no meio dessas pessoas que foram abordadas no início também foi preso um menor de idade. Ele foi preso. Eu processei os delegados pelo ECA, porque ele permaneceu na delegacia, que não é permitido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a permanência de menores na delegacia, que seria para maiores de 18 anos. Ele permaneceu muito tempo, e foi torturado. Eu processei os delegados, na primeira fase, estavam cuidando da investigação. Na verdade eles só foram condenados no meu processo. O Eduardo não conseguiu, mesmo extraindo peças, mandando junto com o paiuca. No caso dos maiores, eles não foram condenados, só no meu processo. Não vou citar nomes.

APMP: E depois deste caso, como ficou a carreira.

Depois, quando inauguraram o Fórum da Barra Funda eu fui junto. Mas, antes, passei quatro anos em Osasco. Uma comarca grande. Atuava também como curadora do consumidor e meio ambiente. Foi ótimo. Uma experiência muito boa. Passei quatro anos lá, não tinha a menor vontade de vir para São Paulo. Mas, chegou uma época que os meus amigos estavam se promovendo. Eu não quis ficar sozinha. Eu fui. Ai eu fui para o Fórum da Barra Funda. A sala não tinha janela, era sufocante. Passei alguns anos até 2003, lá. Em 2003 surgiu um boato de que o presidente Lula iria aumentar a idade para nós nos aposentarmos, eu já tinha tempo, uma leva se aposentou, eu fui influenciada, depois me arrependi. Acabei pedindo a aposentadoria. Depois eu não retornei e fui me dedicar a outras coisas na minha vida.

Abri um escritório de advocacia, nenhuma infidelidade partidária. Depois eu fui chamada pelo Barra para trabalhar na associação.

Acabei fechando o escritório. Hoje o meu tempo é escasso de tantas coisas que eu faço. Me dedico a área de voluntariado. Deus dá e a gente tem que retribuir. Estou sempre ligada as coisas do Ministério Público. Nunca vou esquecer que o MPSP me deu oportunidade de criar com dignidade meus filhos, de ter uma vida confortável, e principalmente ter feito um trabalho de vinte anos com amor, no qual eu me realizei. Meus colegas todos de concurso hoje são procuradores. Não esperei, porque senão eu tinha que ficar mais cinco anos. Porque demoramos em Osasco, o que atrasou a chegada. As pessoas que tem as características como a minha não se identifica com a procuradoria. Acho que eu iria demorar para me candidatar. É isso.

